



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LOGÍSTICA - SELOG/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5288592/2018-SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08200.000989/2018-44

TERMO DE REFERÊNCIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de dedetização, desinsetização, desratização, descunpinização e combate a escorpiões nas dependências e instalações da Diretoria Técnico-Científica – DITEC, compreendendo o Instituto Nacional de Criminalística – INC, bem como suas áreas internas e externas adjacentes, com fornecimento de todo o material de consumo e equipamentos necessários à execução do serviço e à proteção individual, para uma área total de 19.390,61 m², na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, de acordo com as especificações, condições, quantidade e exigências constantes deste Termo de Referência e levantamento das áreas abaixo:

1.1.1. Área interna: 9.010,61 m²

1.1.2. Área externa: 10.380,00 m²

Item	Descrição dos serviços	Nº de aplicações	Valor estimado por m² em R\$	Valor estimado por aplicação	Valor Total estimado R\$
1	Serviços de dedetização, desinsetização, desratização, descunpinização e combate a escorpiões nas dependências da DITEC/PF áreas internas e externas.	06 (seis)	R\$ 0,119	R\$ 1.140,73	R\$ 6.844,39

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de dedetização é essencial para a DITEC e visa garantir e impedir a instalação e proliferação de insetos e roedores nas dependências da DITEC e INC. Desta forma, busca-se evitar a transmissão de doenças, mantendo os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis; bem como proporcionar ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos.

2.2. O objetivo da contratação de empresa supracitada é combater vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde encontrados nas dependências da DITEC e INC, tais como escorpiões, ratos, formigas, mosquitos, baratas e outros que podem causar lesões, doenças e até mesmo a morte de pessoas. Por conseguinte, visa

também, o resguardo do patrimônio público e garantir a segurança dos servidores, dos prestadores de serviços e dos visitantes dessa dependência.

2.3. A contratação dos serviços de dedetização se justifica ainda, diante da necessidade de atender as demandas da CONTRATANTE, tratando-se de serviços auxiliares necessários à Administração, considerando a inexistência de servidor especializado para a sua execução, tendo amparo legal no DECRETO N° 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997, encontra respaldo também no Art. 6º, inciso II, da lei nº 8.666/93.

2.4. O Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, no § 1º do artigo 1º, estabelece que a “manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta” - portanto, motivo da apresentação deste Termo de Referência.

2.5. O quantitativo de serviço demandado está baseado no histórico de utilização do serviço pelo órgão.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A Contratação para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência encontra amparo no Decreto n.º 2.271, de 07 de julho de 1997, disciplinado pela Instrução Normativa n.º 02, de 30/04/2008 – SLTI/MPOG constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. O processo licitatório observará as normas e procedimentos administrativos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2.000 e suas alterações e do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001 e suas alterações.

3.3. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, pois são facilmente prestados por diversas empresas do ramo existentes no mercado, podendo ser especificados, tendo as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas na legislação vigente.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. A empresa participante deverá apresentar comprovante de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ou em órgão estadual competente, que comprove a autorização para execução dos serviços propostos.

4.2. Os produtos utilizados pela CONTRATADA deverão possuir certificação da ANVISA.

5. DA FORMA DE PRESTAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços objetos deste Termo de Referência deverão ser executados interna na sala da ARPROA, no prédio do INC e em todas as áreas de circulação:

5.1.1. Áreas de escritório;

5.1.2. Áreas de circulação;

5.1.3. Áreas de copas;

5.1.4. Áreas de banheiros, sanitários e ralos;

5.1.5. Áreas de depósitos;

5.1.6. Áreas de arquivo;

5.1.7. Áreas de auditórios;

5.1.8. Áreas pontos de limpeza interna e externa das caixas de agosto, gorduras e lixeiras;

5.1.9. Áreas das escadas de todos o prédio;

5.1.10. Áreas dos forros;

5.1.11. Áreas dos jardins; e

5.1.12. Demais áreas

OSERVAÇÃO: Deverá ser dada especial atenção a possíveis locais que possam ser foco do mosquito Aedes Aegypti, causado de doenças como a Dengue, Zika Vírus, dentro outras, bem como as formigas.

5.2. Em suma, os serviços de dedetização (desinsetização, desratização, descunpinização e combate a escorpiões incluindo outros insetos/animais peçonhentos ou não) deverão ser prestados nas instalações da DITEC, que compreende o edifício de Instituto Nacional de Criminalística – INC/DITEC, bem como, suas áreas internas e externas adjacentes e também nas caixas de esgotos sanitários e pluviais, caixas de gorduras, de distribuição elétrica e telefônicas, ralo, por sobre os forros do teto e locais onde possam alojar-se insetos, tais como gavetas, mesas, armários, prateleiras, banheiros, copas, portas, rodapés, materiais em estoque e outros locais, determinados pelo CONTRATANTE abrangidos pela área total prevista para a prestação do serviço utilizando para tal material apropriado para ambientes onde haja presença e/ou trânsito humano.

5.3. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados para a eliminação de insetos, aracnídeos, escorpiões roedores, piolhos de pássaros e, além dos citados, nas áreas de arquivos e depósitos deverá ser utilizado produto para combater traças e cupins

5.4. A CONTRATADA deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgoto e gordura, ralos de banheiro e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nestes locais

5.5. A CONTRATADA deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia de 90 (noventa) dias após a última aplicação.

5.6. A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e outras pragas.

5.7. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato.

5.8. A CONTRATADA obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações da CONTRATANTE, com vista a eliminar existência de insetos, baratas, formigas, ratos, etc. que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

5.9. Concluída a dedetização e desratização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

5.10. Os espaços entre as aplicações poderão ser alterados por conveniência do SELOG/DITEC/DPF.

5.11. A Administração usufruindo o direito que lhe cabe e obedecendo aos períodos de garantia oferecidos, de acordo com norma vigente, assegura para si o direito de solicitar revisão dos serviços prestados desde que comprovada sua ineficiência a qualquer momento.

5.12. Os serviços objetos deste Termo de Referência serão executados nas dependências da DITEC localizada no seguinte endereço: SAIS quadra 07, lote 23, Setor Policial Sul, Brasília/DF.

5.13. O dia e horário das aplicações serão previamente agendados pela Arseg/SELOG/DITEC/PF, com anuência superior, em comunicação formalizada via correio eletrônico.

5.14. A CONTRATADA deverá possuir, em seu quadro, funcionários técnicos treinados para a execução dos serviços especificados neste Termo.

5.15. Metodologia de aplicação de dedetização:

5.15.1. Deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de “spray”, gel, “fôg”, atomizador e/ou de outros métodos eficientes desenvolvidos após esta contratação, os mesmos deverão ser executados da seguinte maneira:

a) Aplicação utilizando o método “spray”: composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo os mesmos serem aromáticos, inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais da DITEC.

b) Aplicação utilizando o método “fôg” (fumaça): esta aplicação faz-se por meio da utilização de equipamentos especiais, os quais queimam o inseticida e simultaneamente lançam a fumaça no ambiente dedetizado, no instante da combustão. A utilização de produtos químicos especiais, diluídos em derivados de petróleo com combustão retardada, mantém o estado de fumaça consistente por grande período. Estes produtos deverão ter as mesmas características dos produtos anteriores. Esta aplicação deverá ser utilizada nos locais de difícil acesso tais como: forros e demais locais os quais se fizerem necessário.

c) Aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fax. Os produtos deverão ter as mesmas características dos anteriores.

5.16. Metodologia de aplicação de desratização:

5.16.1. Estas aplicações deverão ser efetuadas em todas as áreas onde denuncie a presença dos roedores, incluindo todas as áreas internas e externas.

5.16.2. Deverão ser utilizadas iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.

5.16.3. O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

5.17. Metodologia de aplicação de desinsetização e descupinização:

5.17.1. Pulverizador (veneno em pó): aplicado nos jardins para combate a formigas, escorpiões, cupins, e larvas de mosquitos.

5.18. Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

5.18.1. Não causarem manchas;

5.18.2. Serem antialérgicos;

5.18.3. Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;

5.18.4. Serem inofensivos a saúde humana;

5.18.5. Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;

5.18.6. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado Órgão.

5.18.7. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/200411.

5.19. Especificação geral do material a ser utilizado:

5.19.1. DESINSETIZAÇÃO: produtos de tecnologia moderna, domissanitários, com registro no GGSAN (Gerência Geral de Saneantes do Ministério da Saúde), fotoestável, não corrosivo, incolor, baixo odor, ação tóxica de baixo risco ao ser humano, com acentuado efeito fulminante aos insetos e de longo efeito residual.

5.19.2. DESRATIZAÇÃO: todos os produtos utilizados de efeito anticoagulante de dose única, de segunda geração à base de Brodifacoum, todas as iscas deverão conter Bitrex, substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir a ingestão humana.

5.19.3. COMBATE à ESCORPIÃO: produtos à base de bendiocarde, pulverizável, com concentração a 80%.

5.20. Das técnicas de aplicações a serem usadas:

5.20.1. PULVERIZAÇÃO (spray): emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30° de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos. Aplicações em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, portais, caixas de inspeções em geral, lixeiras, sanitários, ralos, depósitos, estoques e demais locais abrangidos pela área total para a prestação do serviço.

5.20.2. ISCAGEM: para controle de roedores e formigas, de ação cumulativa, aplicada em áreas secas, especialmente grelhas, pátios, esgoto, caixas de inspeções, subsolo e demais locais abrangidos pela área total para a prestação do serviço.

5.20.3. GEL: inseticida à base de hidrometilona, carbamato ou similar empregado em locais que inviabilizem a aplicação de líquidos ou sprays, como copas, gavetas, mesas, armários, arquivos, prateleiras, e nos locais que justifiquem estas aplicações.

5.20.4. TERMONEBULIZAÇÃO: divisão de partículas químicas em subpartículas para áreas de difícil acesso.

5.21. Cronograma de Aplicações:

5.21.1. A CONTRATADA deverá executar 06 (seis) aplicações com intervalo médio de 60 a 90 dias entre elas. As aplicações deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE e poderão variar em razão de cronograma interno da CONTRATANTE.

5.21.2. A CONTRATADA deverá dar uma garantia de 90 (noventa) dias após a última aplicação.

6. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. As dimensões das áreas interna e externa que serão objeto de cada uma das 06 (seis) aplicações previstas estão descritas no item 1 deste Termo e poderão ser objeto de vistoria pela empresa que julgar necessário.

7. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos neste Termo em especial os descritos no item 5.

7.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, observando o seguinte:

7.2.1. Competirá ao fiscal do contrato ou seu substituto dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

7.2.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

7.2.3. O fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de empregado(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis.

7.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes às especificações contidas neste Termo de Referência deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

8. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1 Para a perfeita execução dos serviços e conforme descrito no item 1, a CONTRATADA deverá fornecer todo o material de consumo e equipamentos necessários à execução do serviço e à proteção individual, para uma área total de 19.390,61 m2 de acordo com as especificações, condições, quantidade e exigências constantes deste Termo de Referência.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

9.1. A CONTRATADA deverá executar 06 (seis) aplicações com intervalo médio de 60 a 90 dias entre elas. As aplicações deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE e poderão variar em razão de cronograma interno da CONTRATANTE.

9.2. A execução dos serviços será acompanhada por servidores do SELOG/DITEC e/ou outros servidores ou funcionários que estiverem de plantão no dia.

9.3. Finalizada a execução dos serviços, o servidor da Arseg/SELOG/DITEC/DPF responsável pelo acompanhamento deverá elaborar relatório descrevendo os serviços realizados, horário e ocorrências, se houver em até 02 (dois) dias úteis. O relatório deverá ser assinado por todos os servidores e funcionários que acompanharam a execução.

9.4. Para cada uma das seis aplicações previstas em contrato será gerado 01 (um) relatório que será enviado juntamente com a nota fiscal/fatura atestada para o devido pagamento. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada de uma declaração de prestação de serviços da empresa CONTRATADA contendo todas as especificações técnicas dos produtos e métodos utilizados na aplicação.

9.5. Só será considerado como recebimento definitivo dos serviços de cada aplicação depois de transcorridos 90 (noventa) dias.

10. DA VISTORIA/VISITA TÉCNICA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa interessada poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim.

10.2. A empresa interessada poderá executar visita técnica às instalações da CONTRATANTE, por meio do seu responsável técnico ou representante legal, para inteirar-se da situação dos serviços propostos. O responsável ou o representante deverá estar devidamente identificado (declaração em papel timbrado da empresa e documento de identificação com foto, RG, CNH, carteira de trabalho ou carteira de conselhos profissionais) para poder realizar a vistoria.

10.3. Os proponentes, caso desejem vistoriar as instalações para execução do serviço, declararão, expressamente, que as visitaram e que conhecem de todas as dificuldades que possam encontrar na execução dos trabalhos, assumindo os riscos por sua execução. O modelo dessa declaração consta do ANEXO II.

10.4. Os proponentes poderão marcar suas visitas através do telefone (61) 2024-9270/9830 durante o

horário comercial, sendo que as visitas ocorrerão em dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 8h às 11h e das 14h às 17h.

10.5. A CONTRATADA, caso realize a vistoria, fornecerá para a CONTRATANTE declaração de vistoria/visita para a empresa (ANEXO II).

10.6. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá à DITEC, como CONTRATANTE:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

11.6. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços contratados, quando necessário, desde que devidamente identificados e acompanhados por servidor fiscal do contrato.

11.7. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado.

11.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto do contrato.

11.9. Exercer a fiscalização e supervisão dos serviços prestados, por empregados designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

11.10. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos, solicitando à empresa as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

11.11. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da empresa considerado inadequado à execução dos serviços contratados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à empresa contratada o cumprimento das seguintes obrigações:

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

12.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

12.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

12.8. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

12.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

12.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.16. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando à CONTRATANTE indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, com funções profissionais legalmente registradas em carteira de trabalho.

12.17. Prestar os serviços, objeto do contrato, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, devidamente habilitados para prestarem os serviços.

12.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços.

12.19. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às determinações efetuadas.

12.20. Responsabilizar-se pelo custeio e transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE por meios próprios ou mediante vale transporte.

12.21. Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

12.22. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

12.23. Assumir a responsabilidade sobre seus empregados pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais trabalhistas e previdenciários, bem como pelos encargos previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época devida.

12.24. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução de serviços inerentes a este contrato, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

12.25. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

12.26. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões exigidos neste Termo, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

12.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.28. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

12.29. Os prejuízos ou danos causados pelos seus funcionários aos bens móveis, imóveis, equipamentos e utensílios da CONTRATANTE, após comunicação formal do Fiscal do Contrato, deverão ser substituídos por materiais/bens idênticos ou recuperados quando possível, deixando-os em perfeito estado de conservação ou funcionamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

12.30. A CONTRATADA fornecerá, além da mão de obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte. Somente serão aceitos materiais de primeira qualidade e compatíveis com a aplicação a que se destinam, devendo ser recusados pela fiscalização os de má qualidade

ou inadequados, bem como os fora de especificação.

12.31. Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, cabendo à fiscalização a exigência do uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação dos serviços.

12.32. A CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços programados nestas especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização.

12.33. Fornecer, além da documentação legal, após a realização dos serviços, para fins de conferência e pagamento, nota fiscal descrevendo qual aplicação foi realizada e quando a mesma foi realizada.

12.34. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

12.35. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

12.36. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência normal ou eletrônica.

12.37. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis.

12.38. Responder por todos os ônus referentes à execução do serviço, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração.

12.39. Executar o serviço nos horários, datas e locais designadas pela CONTRATANTE, preferencialmente dentro do horário de expediente desta, sendo que as exceções poderão ser autorizadas pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificadas com antecedência pela empresa;

12.40. Iniciar, conforme cronograma da CONTRATANTE, a execução dos serviços em até 15 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, com rapidez e eficiência, em conformidade com esse Termo de Referência;

12.41. Os serviços deverão ser realizados com acompanhamento técnico e compreenderão aplicações intrafocal e perifocal, no que couber, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço sem ônus no caso de não se atingir o objetivo desejado, até a obtenção de um resultado eficaz.

12.42. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e não poderão causar danos à saúde humana.

12.43. A CONTRATADA deverá emitir declaração de execução de serviços devidamente assinada pelo fiscal do contrato que deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal de prestação de serviços.

12.44. A CONTRATADA deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde/MS e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos oficiais reguladores e/ou fiscalizadores.

12.45. A CONTRATADA deverá ter em seu quadro pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade com a Resolução RCD nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA/MS.

12.46. A CONTRATADA deverá utilizar equipamentos em número suficiente para aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação, bem como contar com equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito.

12.47. A CONTRATADA não deverá expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados.

12.48. Na data e hora marcadas, a CONTRATADA deverá estar nas dependências da CONTRATANTE com equipe habilitada e em número suficiente para o bom andamento dos serviços e o cumprimento dos prazos pré-fixados e acordados com a CONTRATANTE.

12.49. Os serviços serão executados de acordo com as instruções administrativas determinadas pelo Serviço de Logística – SELOG/DITEC/DPF (área de serviços gerais) e, durante as aplicações deverão ser acompanhados, por servidor da Área de Serviços Gerais – Arseg/SELOG/DITEC/DPF e funcionários e servidores de plantão.

12.50. Para execução dos serviços, a CONTRATADA mobilizará, além do pessoal de execução, a equipe técnica de apoio, composta de pessoal técnico qualificado.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, da Lei nº. 10.520, de 2002, a CONTRATADA, que:

16.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. fraudar na execução do contrato;

16.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.4. cometer fraude fiscal;

16.1.5. não manter a proposta;

16.1.6. não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.7. apresentar documentação falsa;

16.1.8. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.9. fizer declaração falsa.

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer uma das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

16.2.2. multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Depois de decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, ensejando a sua rescisão, sem prejuízo ainda da cobrança da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.

16.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

16.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

16.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

16.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

16.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.6. As sanções previstas nos subitens anteriores são independentes entre si e poderão ser aplicadas cumulativamente.

16.7. Se aplicada a multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativamente ou ainda, quando for o caso, o débito será inscrito em Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

16.8. Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

17. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar:

17.1.1. prova de registro ou inscrição da empresa em uma das entidades profissionais competentes: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA, Conselho Regional de Química-CRQ, Conselho Regional de Biologia-CRBio, Conselho Regional de Medicina Veterinária-CRMV, Conselho Regional de Farmácia-CRF, com atribuições pertinentes à área em questão;

17.1.2. comprovante que possui em seu quadro de pessoal ou contrato firmado com prestadores de serviços, na data prevista para a entrega da proposta, responsável técnico – engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, biólogo, farmacêutico, médico veterinário ou químico, detentor de atestado de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes, em edificações não residencial, em que havido a execução de atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

17.1.3. atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa interessada prestou serviços com características semelhantes, em natureza e quantidade com o objeto do presente Termo de Referência.

18. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45, da Lei nº 9.784, de 1999, em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras.

19. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será a partir da data de sua assinatura até 90 (noventa) dias após a última aplicação contratada.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado após cada uma das 06 (seis) aplicações contratadas mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas e relatórios de realização do serviço, emitidas em moeda corrente nacional, correspondente à prestação do serviço efetivamente executado e aceito pelo fiscal do contrato especificamente designado.

20.2. Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal da CONTRATADA junto ao SICAF, CEIS, CADIN e CADICON, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, ou por meio da apresentação de documentos hábeis anexados à fatura de que trata o artigo 29 da Lei n. 8.666/93.

20.3. Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CONTRATANTE, um prazo de 30 (trinta) dias (prorrogável a critério da Administração por uma única vez) para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o contrato com aplicação das sanções cabíveis.

20.4. Se aplicada a multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativamente ou ainda, quando for o caso, o débito será inscrito em Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

20.5. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se o disposto no art. 1º - F da Lei n.º 9.494, de 10 de setembro de 1997.

20.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

20.7. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária ao Banco do Brasil S/A e creditado na agência bancária indicada na proposta da CONTRATADA o qual ocorrerá até 10 (dez) dias, após aceitação e atesto da Notas/Fiscais/Faturas.

20.8. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

20.9. Os valores contratados serão fixos e irredutíveis, ressalvado o disposto na alínea d, do inciso II, art. 65, da Lei nº 8.666/93.

20.10. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Termo de Referência.

21. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

21.1. O custo estimado para a presente contratação é de R\$ 6.844,39 (seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos) para um total de 06 (seis) aplicações.

21.2. O modelo da proposta consta do ANEXO I deste Termo de Referência.

21.3. Na apresentação da proposta, o valor cotado deve conter todos os insumos e materiais necessários à execução dos serviços, inclusive transporte e deslocamentos.

22. DA SUSTENTABILIDADE

22.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

22.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

23. DO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERENCIA

O presente termo foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, aprovação pelo Diretor Técnico-Científico do Departamento de Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório.

Brasília/DF, 17 de janeiro de 2018.

FÁBIO HENRIQUE ALVES DA SILVA

Agente Administrativo
Matrícula 12.832
ARSEG/SELOG/DITEC

De acordo,
Em 17 de Janeiro de 2018.

NIVALDO PONCIO

Perito Criminal Federal
Chefe do SELOG/DITEC/PF

Aprovo este Termo de Referência para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, desinsetização, desratização, descunpinização e combate a escorpiões nas dependências e instalações da Diretoria Técnico-Científica - DITEC, compreendendo as áreas interna e externa do edifício do Instituto Nacional de Criminalística – INC com fornecimento de todo o material e mão de obra necessários para a execução dos serviços.

Autorizo a abertura de procedimento licitatório, conforme especificado no item 5.

HÉLVIO PEREIRA PEIXOTO

Perito Criminal Federal
Ordenador de Despesas Substituto

ANEXO I MODELO DE PROPOSTA

À Diretoria Técnico-Científica – DITEC/PF
Brasília/DF

Prezado Senhor,

A empresa _____ com sede na cidade de _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, interessada na prestação do serviço objeto do presente Termo de Referência apresenta abaixo a devida proposta comercial:

- ☐ Apresentação dos produtos utilizados;
- ☐ Valor por aplicação;
- ☐ Valor da aplicação por m²
- ☐ Valor total das 06 (seis) aplicações.

Item	Descrição dos serviços	Nº de aplicações	Valor estimado por m²	Valor estimado R\$	Valor TOTAL estimado R\$
1	Serviços de dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e combate a escorpiões nas dependências da DITEC/DPF áreas interna e externa.	06 (seis)			

- ☐ Prazo de execução: 06 aplicações, conforme cronograma a ser apresentado pela CONTRATANTE com intervalos variáveis entre 60 e 90 dias.
- ☐ Vigência do contrato: conforme Termo de Referência.
- ☐ Forma de pagamento: após cada aplicação, mediante apresentação de nota fiscal e relatório de acompanhamento/execução dos serviços.
- ☐ Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Atenciosamente,

Assinatura e carimbo da empresa

ANEXO II DECLARAÇÃO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

EMPRESA: _____
 CNPJ: _____ TELEFONE: _____
 FAX: _____
 ENDEREÇO: _____

Declaro que, na presença de servidor(es) do SELOG/DITEC/DPF (Área de Serviços Gerais – ARSEG), abaixo relacionado(s), a empresa supramencionada vistoriou os locais onde serão executados os serviços de dedetização descritos em Termo de Referência, inteirando-se por completo das condições estipuladas no mesmo e especificações técnicas do certame.

Brasília/DF, de de 2018.

Nome, assinatura e número de identidade do representante da Empresa.

Ratificamos as informações prestadas pela empresa _____, inscrita no CNPJ _____/_____, na pessoa do seu representante legal, Sr. _____, em conformidade com o presente Termo de Referência.

Assinatura e carimbo
Servidor SELOG/DITEC/DPF



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE ALVES DA SILVA, Agente Administrativo**, em 17/01/2018, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Chefe de Serviço**, em 17/01/2018, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELVIO PEREIRA PEIXOTO, Diretor - Substituto(a)**, em 17/01/2018, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5288592 e o código CRC 53191FE4.